



REPÚBLICA DE CABO VERDE



RIO+20
Conferência das Nações Unidas
sobre Desenvolvimento Sustentável

CABO VERDE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO À CONFERÊNCIA RIO+20



Junho, 2012

INTRODUÇÃO

O Relatório Brundtland de 1987 propôs uma definição do Desenvolvimento Sustentável como um Desenvolvimento que responde às necessidades das gerações actuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas. Responder às necessidades da humanidade na actualidade e no futuro, particularmente dos mais vulneráveis. Os modos de produção e de consumo que limitam a capacidade de resposta do ambiente devem sofrer profundas modificações. Esta definição foi retomada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro em 1992.

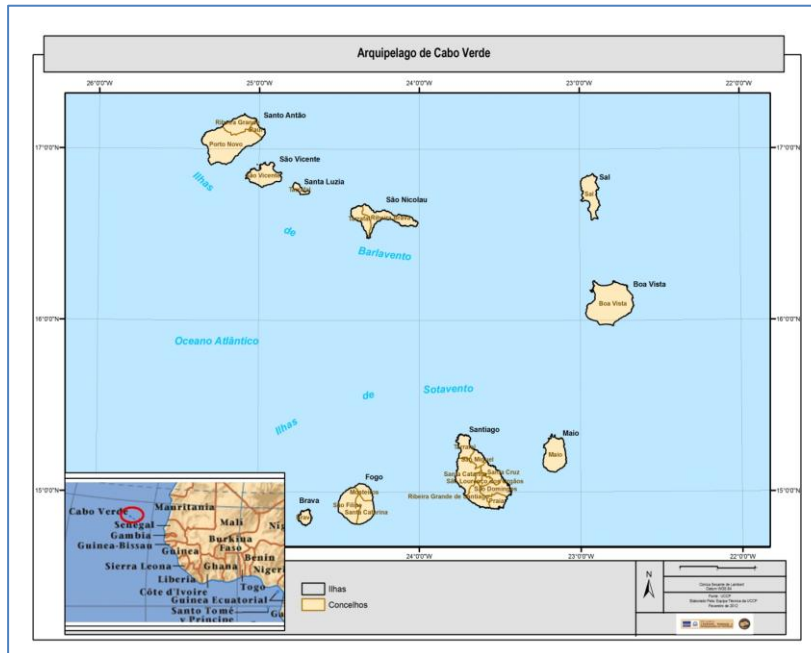
Este Relatório foi elaborado no âmbito da preparação da participação de Cabo Verde na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável que terá lugar na cidade de Rio de Janeiro no Brasil em Junho de 2012. O Documento faz uma incursão ao processo de desenvolvimento do país nos últimos 20 anos, ilustrando os grandes ganhos em vários sectores que concorrem para o Desenvolvimento Sustentável passando pelo sector Ambiental com particular destaque para o reforço do quadro legal, a criação de um quadro institucional adequado e o reforço das capacidades técnicas e humanas, pela dimensão social abarcando os indicadores de Saúde, de Educação e do Saneamento básico, até chegar na dimensão Económica cujos destaques vão para a promoção do crescimento económico e a redução da pobreza, a organização do desenvolvimento turístico e o aproveitamento do potencial das energias renováveis do país.

Procurou-se introduzir, na medida do possível, as contribuições emanadas pelos participantes no ateliê de socialização de modo a que o relatório possa reflectir a visão de todos, particularmente das Instâncias Governamentais, das Autarquias Locais, das Organizações da Sociedade Civil e do Sector Privado.

ENQUADRAMENTO E APRESENTAÇÃO DE CABO VERDE

O Arquipélago de Cabo Verde fica situado entre os paralelos 17° 12' e 14° 48' de latitude Norte e os meridianos 22°44' e 25° 22' de longitude Oeste, a uma distância de, aproximadamente, 500 km da costa ocidental africana, ao largo do Senegal (Figura 1).

Figura 1 – Localização de Cabo Verde



De notar que cerca de 80% da população Cabo-verdiana ocupa as zonas costeiras tornando a mesma muito vulnerável a eventuais alterações das condições climáticas e ocorrência de fenómenos extremos como tempestades, ondas gigantes e inundações.

O Arquipélago de Cabo Verde está sob a influência de alguns sistemas considerados factores determinantes para a caracterização do clima da região, como são os casos do anticiclone subtropical dos Açores, as baixas pressões equatoriais, a corrente marítima fria das Canárias e a depressão térmica sobre o continente africano durante o verão. A região dos anticiclones subtropicais é caracterizada por altas pressões, divergência e subsidência na circulação atmosférica. A sua orientação e localização influenciam e caracterizam as massas de ar que penetram a região de Cabo Verde durante todo o ano.

Contexto Político

A República de Cabo Verde é soberana, unitária e democrática, regendo-se por leis internas que salvaguardam o respeito pelos direitos humanos, a paz e a justiça. Para além do seu ordenamento jurídico, o Estado de Cabo Verde vincula-se ainda às convenções e tratados internacionais sobre os direitos humanos e soberania dos povos.

Tomando a vontade popular como suporte, o Estado de Cabo Verde assenta-se nos princípios da liberdade ideológica, da democracia política, social, cultural, religiosa e económica, da igualdade, da justiça e da solidariedade. Assim, assume-se como um estado de direito, democrático e laico.

O funcionamento do Estado rege-se por um modelo republicano e democrático, que estabelece como princípios fundamentais a unidade do Estado, a separação e a interdependência dos órgãos de soberania, a neutralidade religiosa, a independência dos tribunais, a existência e a autonomia do poder local e a descentralização da administração pública.

O poder político é exercido pelo povo através do sufrágio, do referendo e por outras formas constitucionalmente estabelecidas. O Presidente da República é o representante supremo do Estado e é eleito pelo povo. A Assembleia Nacional é constituída com base no voto popular e é ela que designa o Chefe do Governo a ser nomeado pelo Presidente da República.

De realçar que o país tem grandes possibilidades de alcançar a maioria dos ODM, na condição de manter um bom ritmo de crescimento. Segundo os resultados do QUIBB 2007, a taxa de alfabetismo era de 73% para os homens e de 87% para as Mulheres. A pobreza diminuiu de 36,5% em 2002 para 27,6% em 2007.

QUADRO INSTITUCIONAL

Ao Nível internacional, a CNUDS estabeleceu três principais estruturas institucionais: A Comissão do Desenvolvimento Sustentável (CDS), o Comité Inter-Agencias de Coordenação do Desenvolvimento Sustentável (IACSD) para coordenação no seio das Nações Unidas e o Conselho Consultivo de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável (HLB). ACDS mostra-se como a principal instância de tomada de decisão sobre o Desenvolvimento Sustentável no quadro das Nações Unidas, as outras duas estruturas praticamente foram abandonadas.

Entretanto, depois da Cimeira do Rio de 1992, muitas instâncias das Nações Unidas e de outras organizações internacionais desenvolveram o seu trabalho com base nos princípios do Desenvolvimento Sustentável.

Ao nível Nacional, na década de 1990, após a Cimeira do Rio 92, iniciou-se o processo de formulação do quadro legal para o sector ambiental com a entrada em vigor da Lei nº 89/IV/93 que cria as bases da política do ambiente e, posteriormente com o Decreto-Regulamentar nº 14/97 que desenvolve as bases da política do ambiente, isto apesar da Constituição da República no seu Artigo nº 72 proclamar que

todos os cidadãos têm direito a uma ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”, incumbindo assim as autoridades públicas elaborar e executar políticas adequadas de ordenamento do território, de defesa e preservação do ambiente e de promoção do aproveitamento racional de todos os recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica e promover a educação ambiental, o respeito pelos valores do ambiente, a luta contra a desertificação e os efeitos da seca. Estipula ainda a Constituição da República de Cabo Verde, relativamente aos princípios de organização económica, que todas as actividades económicas devem ser realizadas tendo em vista a preservação do ecossistema, a durabilidade do desenvolvimento e o equilíbrio das relações entre o homem e o meio envolvente.

A primeira década do segundo milénio foi bastante produtiva em termos legais, tendo sido possível a regulamentação da maioria dos assuntos relacionados o sector como sejam a apanha de areia, os resíduos, a avaliação de impactes ambientais, a exploração dos recursos geológicos, a criação da Rede Nacional de áreas protegidas, a proteção de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção, o estabelecimento dos bens do domínio público marítimo, as normas de descarga de águas residuais, as normas da qualidade da água para o consumo humano, a Lei de bases do Ordenamento do Território, a Lei que cria a Taxa Ecológica, entre outros.

Em 1995 entrou em funcionamento o Secretariado Executivo Para o Ambiente (SEPA), instituição nacional sob a tutela do Gabinete do Primeiro Ministro, e mais tarde do Ministério da Defesa e Ambiente, responsável pela política ambiental, com competência e autoridade para congregar os esforços, sugerir normas e regulamentos e fiscalizar a actividade dos agentes públicos e privados intervenientes, directa ou indirectamente, no espaço nacional, apoiando-se em sistemas adequados de informação. Em 2002 foi extinto o SEPA e criada a Direcção Geral do Ambiente.

Actualmente, o quadro institucional desenvolve-se desde uma estrutura interministerial – Concelho de Ministros Especializado para o Ambiente e Ordenamento do território que congrega os ministérios da tutela dos sectores do Ambiente, da Agricultura, das pescas, das infra-estruturas, das relações exteriores, da energia e da indústria. A segunda instância da estrutura institucional é o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território que, por sua vez preside o terceiro órgão institucional - o Conselho Nacional do Ambiente que reúne um conjunto de sectores cuja intervenção se articula com o sector ambiental; A Direcção Geral do Ambiente é a autoridade ambiental de coordenação dos sistemas transversais com impacto na sustentabilidade

ecológica e protecção da biodiversidade natural do país, com funções de concepção, execução e coordenação das políticas do Governo. Esta Direcção Geral do Ambiente se desdobra em três direcções de serviços, a saber: Direcção de Serviço de Assuntos Jurídicos, Inspeção e Avaliação de Impactes Ambientais, a Direcção de Serviço de Gestão dos Recursos Naturais e a Direcção de Serviço de Informação e Seguimento da Qualidade Ambiental. Ao Nível da casa parlamentar temos, a Comissão Especializada do Ambiente e Ordenamento do Território em articulação com a Rede Parlamentar para o Ambiente, Desertificação e Luta contra a Pobreza.

Deve-se realçar ainda que o país ratificou a maior parte das convenções ambientais das Nações Unidas como sejam a Convenção sobre as Mudanças Climáticas, a Convenção da Luta contra a Desertificação, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Convenção RAMSAR sobre a Protecção das Zonas Húmidas, A Convenção CITES sobre o Comercio Internacional de Espécies em Extinção, a Convenção de Estocolmo sobre Poluente Orgânicos Persistentes, A Convenção de Basileia sobre os Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos, a Convenção de Viena e o Protocolo de Montreal sobre a Degradação da Camada de Ozono, a Convenção de Abidjan sobre a Protecção do Ambiente Marinho e Costeiro entre outras.

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Cabo Verde muniu-se ao longo dos anos de um conjunto de instrumentos estratégicos que nortearam todo o processo de desenvolvimento do país. Graças a esses importantes documentos orientadores, o país conseguiu conduzir um processo de desenvolvimento que tem salvaguardado os principais interesses nacionais de modo a não comprometer os equilíbrios fundamentais. De entre outros instrumentos, destacam-se as Seguintes:

Plano Nacional do Desenvolvimento; As Grandes Opções do Plano; Primeiro Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA I); Plano de Acção Florestal (PAF); Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Desertificação (PAN-LCD); Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II); Primeiro Documento de Estratégia, Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP I); Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade (EPANB); Plano de Acção Nacional de Adaptação (NAPA); Primeira Comunicação Nacional; Plano Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP); Segunda Comunicação Nacional; Segundo Documento de Estratégia, Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP II); Plano Estratégico do Desenvolvimento Agrícola (PEDA); Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA); Plano de Acção para a Gestão

Integrada dos Recursos Hídricos (PAGIRH); Plano Estratégico do Turismo; Directiva Nacional do Ordenamento do Território (DNOT); Cabo Verde 50% Renovável – Um Caminho até 2020;

De entre esses instrumentos estratégicos, deve-se realçar “As Grandes Opções do Plano”, que definem como imagem do futuro de Cabo Verde no horizonte de longo prazo “um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura. Uma sociedade solidária, de paz, justiça social, democrática, aberta e tolerante. Um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida”. (Livro Branco sobre o Estado do Ambiente 2004)

As 5 Grandes Opções do Plano

Primeira: Promover a Boa Governação como factor de desenvolvimento, reformando o estado, intensificando a democracia e reforçando a cidadania.

Segunda: Promover a capacidade empreendedora, a competitividade e o crescimento, alargar a base produtiva.

Terceira: Desenvolver o capital humano e orientar o sistema de ensino/formação para as áreas prioritárias do desenvolvimento.

Quarta: Promover uma política global de desenvolvimento social, combatendo a pobreza e reforçando a coesão e a solidariedade.

Quinta: Desenvolver infra-estruturas básicas e económicas e promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado.

Por outro lado, deve-se destacar o Segundo Plano de Acção Nacional para Ambiente que é o Instrumento estruturador de toda a política ambiental do país. Aprovada em 2004 com um horizonte de 10 anos, foi submetida à uma avaliação independente em 2011 o que permitiu a sua adequação aos desafios e circunstâncias dos novos tempos. O PANA II desdobra-se em 9 Planos de Acção Inter-sectoriais e 22 Planos de Ambientais Municipais de modo a que um conjunto de sectores considerados chaves que vai desde o sector dos recursos hídricos, passando pelo sector industrial até o da biodiversidade e os 22 municípios do país sejam munidos dos respectivos planos de acção que estabelece as metas e os resultados a atingir no domínio ambiental.

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desde 1977 que Cabo Verde faz parte da categoria de “Países Menos Avançados” (PMA) das Nações Unidas, uma categoria de estados considerados serem estruturalmente em desvantagem nos seus esforços de desenvolvimento e que requerem um tratamento diferenciado e particularmente favorável da parte da comunidade internacional.

A dinâmica de desenvolvimento de Cabo Verde vem sendo uma constante, com ganhos significativos para o país, como atestam a recente adesão à Organização Mundial do Comércio, a graduação a País de Rendimento Médio e a Parceria Especial com a União Europeia.

Cabo Verde pediu formalmente a sua adesão à Organização Mundial do Comércio em 1999 e no ano seguinte foi criado um grupo de trabalho para seguir o processo, que na prática só começaria a trabalhar em Julho de 2003. A 23 de Julho de 2008, Cabo Verde tornou-se no 153º Estado membro da Organização Mundial do Comércio, salientando-se que foi o primeiro país Africano e o terceiro País do grupo dos PMA a conseguir este importante marco pela via negocial.

A graduação do país ocorre na sequência do cumprimento dos dois primeiros critérios, dos três critérios seguintes, de análise utilizados pela ONU desde 2003 para o processo de graduação:

- um critério de **nível de rendimento**, baseado numa média do rendimento anual bruto por habitante num período de três anos (abaixo de 750 dólares para poder ser acrescentado à lista, acima de 900 dólares para ser chamado a sair);
- um critério de **desenvolvimento do capital humano**, assente num índice de capital humano construído com base em indicadores de esperança média de vida, nutrição, saúde, escolarização e alfabetização de adultos;
- um critério de **vulnerabilidade económica**, assente num índice de vulnerabilidade económica.

Apesar de Cabo Verde fazer parte do grupo de países com grande vulnerabilidade económica, característica comum aos SIDS (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento), o valor do PIB *per capita* em 2004, no valor de 1976 USD e o IDH de 0,722 (106ª posição) ditaram a saída de Cabo Verde do grupo dos PMA.

A fraqueza das exportações do país é ilustrada por uma balança comercial estrutural e fortemente desequilibrada, em que as exportações cobrem apenas 4 a 6% das importações. Os serviços são dominantes na estrutura das exportações (cerca de 93%

em 2003). Impelidas pelos transportes, e particularmente pelos transportes aéreos e pelo turismo, a dinâmica das exportações de serviços contrasta fortemente com a fraqueza das exportações de bens. Reflectindo a pequenez da base produtiva, a exportação de mercadorias depende de dois produtos que sozinhos representam cerca de 90% das exportações de bens em 2003: os produtos da pesca, cujas exportações estiveram em declínio, em parte devido a restrições sanitárias (18% das exportações em 1998 contra 4% em 2003) e os produtos duma indústria fabril de exportação incipiente, nomeadamente de confecções e calçado (85% das exportações em 2003) e que se estabeleceu devido às condições preferenciais oferecidas por facilidades como a AGOA e o Acordo de Cotonou.

A integração de Cabo Verde no bloco económico da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (desde 1977), a paridade fixa do Escudo de Cabo Verde face ao Euro a partir de 1999, a assinatura de acordos comerciais específicos, nomeadamente o *African Growth and Opportunity Act* (AGOA) e o acordo de Cotonou (2000), a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em Janeiro de 2004 e o Acordo de Parceria Especial com a União Europeia em construção, têm sido factores de suma importância no desenvolvimento económico do país.

CRESCIMENTO ECONÓMICO E REDUÇÃO DA POBREZA

Evolução do PIB de 1992 a 2011

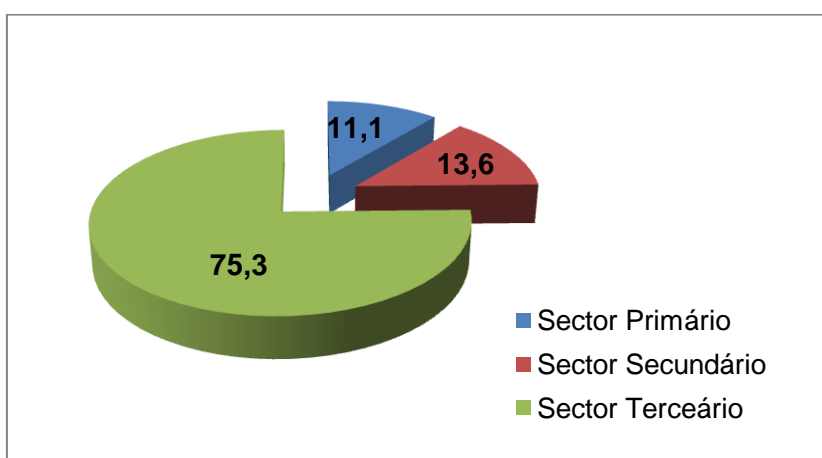
Apesar dos progressos e performances ao nível da economia e dos índices de desenvolvimento alcançados, o país continua a apresentar vulnerabilidades estruturais ditados essencialmente pela reduzida dimensão territorial, insularidade, fragilidade dos ecossistemas e escassez de recursos naturais, forte pressão demográfica sobre os recursos, secas prolongadas, localização geográfica à margem das correntes principais do comércio internacional, exiguidade do mercado de trabalho e pobreza.

À data de independência (1975), O PIB *per capita* era de 190 USD tendo aumentado para 903,5 USD em 1990 e alcançado o valor de 1976 USD em 2004, o que corresponde a uma evolução muito significativa, tendo em conta o ponto de partida. Os últimos dados disponíveis pelo BCV apontam para um valor do PIB *per capita* de 2098 dólares USD. Com efeito o país teve um bom desempenho económico e conheceu, nos últimos anos, um crescimento económico robusto, com a taxa média de crescimento do PIB a situar-se em 6,6% na década de noventa e um crescimento médio de 5.7% no período 2000-2005, atingindo 10.7% em 2006, sendo que em 2007

o crescimento foi de cerca de 6,7%, fixando-se em torno dos 5-6%, na última metade da década. Este crescimento acima dos 5% permitiu uma melhoria significativa da média do nível de vida, tendo-se igualmente verificado nesse período que a inflação manteve-se sempre abaixo dos 2% por ano (embora, excepcionalmente, tenha dado um salto temporário em 2006 para 4,8%), 4,4% em 2007 e 6,8% em 2008, segundo dados do INE.

A estrutura da economia cabo-verdiana diferencia-se pelo predomínio do sector terciário, que absorve 66% do emprego, aproximando-se da estrutura típica das economias desenvolvidas, não obstante as suas profundas limitações estruturais.

Estrutura do PIB 2008



Fonte: INE

A preponderância do sector terciário decorre, principalmente, da fraca expressão do sector primário, devido às limitações estruturais da agricultura e da escassez de outros recursos naturais. A pesca, que possui algum potencial, encontra-se ainda numa fase embrionária de desenvolvimento do seu potencial.

Pobreza – Ponto Situação em 1992 e sua evolução

A pobreza em Cabo Verde é de natureza fundamentalmente estrutural sendo agravada por fenómenos conjunturais como as secas, a estagnação e/ou a recessão económica, entre outros aspectos. A condição perante o trabalho constitui igualmente um dos factores importantes na configuração da pobreza. O nível de desemprego, histórica e estruturalmente elevado, aliado às dificuldades intrínsecas à produção do sector primário definem e conformam a situação da pobreza.

Os estudos realizados em 1993, com base no Inquérito às despesas das famílias de 1988/89 mostravam que a pobreza constituía um fenómeno expressivo em Cabo Verde, sendo que, a nível nacional, 30% da população era pobre e destes, 14% era

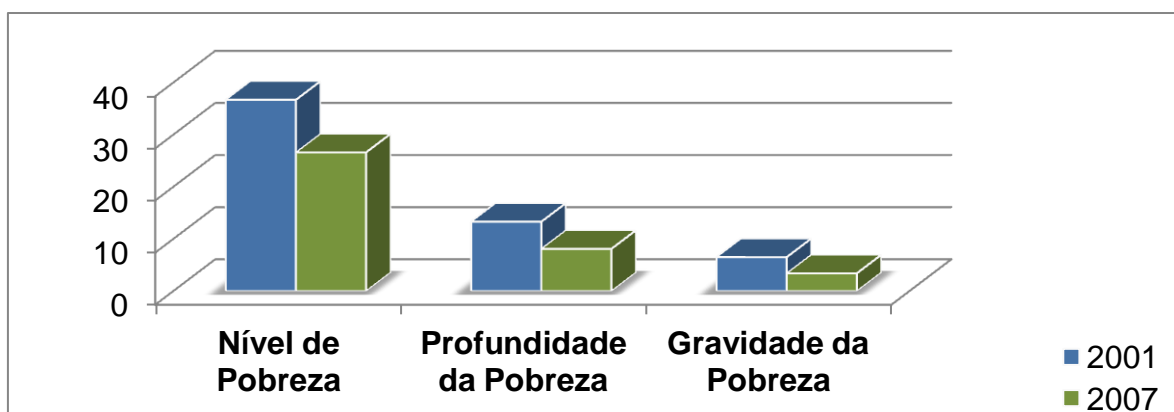
considerada muito pobre¹. A repartição geográfico-espacial mostrava ainda que as ilhas do barlavento apresentavam os maiores índices em termos relativos, seja a nível dos considerados pobres, seja dos muito pobres, com 36% e 18% respectivamente, enquanto as ilhas do sotavento tinham 26,6% dos pobres e 11,6% dos muito pobres. Brava, St. Antão e S. Nicolau, eram as ilhas com pessoas mais pobres e muito pobres.

Dados da análise realizada em 1993 e confirmada em 1997, mostraram que a pobreza atingia particularmente as mulheres, particularmente as mães solteiras chefes de família, os analfabetos e as famílias com agregado familiar elevado. Estes mesmos dados mostravam que as unidades familiares chefiadas respectivamente por desempregados e inactivos apresentavam os mais elevados números sejam de pobres seja de muito pobres, ligando assim o fenómeno da pobreza quer à falta de instrução/escolarização, como também à desigualdade nas relações género e ainda ao desemprego.

Globalmente houve uma redução da pobreza no período em análise, mas houve um aumento no período intercalar de 1992 a 2001. Em 2001, a população vivendo em situação de pobreza representava 36,7% da população e houve uma redução da pobreza entre 2001 e 2007 (data do último dado oficial disponível, a partir dos dados do IDR/QUIBB de 2007). Em 2007 o número diminuiu para 26,6%. Nesse último ano, constatou-se que Cabo Verde ainda possuía uma população de quase 118 mil pessoas vivendo em condições de pobreza, onde 72% viviam no meio rural, 56% eram mulheres (33% contra 21% das famílias chefiadas por homens).e 95% não tinham instrução formal ou apenas o ensino básico. Observa-se também uma variação acentuada dos níveis de pobreza entre os Concelhos. Na cidade da Praia, a capital do país, a concentração da pobreza nos bairros periféricos é particularmente gritante.

O combate à pobreza tem sido um dos grandes desafios que o país vem enfrentando. Para o seu combate desde os finais da década de noventa foi concebido e implementado o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP). Mais recentemente, para combater especificamente a pobreza no meio rural o país vem executando o seu PNL no Meio Rural. Tem-se verificado um défice de acções integradas de combate à pobreza no meio urbano subsequente ao término em 2006 do projecto “Promoção dos Grupos Sociais Desfavorecidos”.

Evolução da Pobreza – 2001 e 2007 (INE 2007)



Entre 1989 e 2007 os dados sobre a evolução da incidência da pobreza indicam uma tendência para o cumprimento por parte de Cabo Verde do Objectivo I de Desenvolvimento do Milénio: reduzir a pobreza extrema e a insegurança alimentar (Reduzir para metade a proporção da população que vive na pobreza extrema entre 1990 e 2015 - Indicador Percentagem da população a viver abaixo do limiar da pobreza).

A expansão e melhoria da electrificação e abastecimento em água potável às populações, em particular no meio rural, o aumento da utilização do gás butano na confecção de alimentos, a expansão da oferta de estabelecimentos de ensino (no meio rural em particular), a melhoria das condições de acesso à saúde, em particular da prestação dos cuidados primários de saúde, são factores importantes de redução da pobreza que têm permitindo às famílias melhorar as suas condições básicas de existência e particularmente a muitas mulheres e crianças diversificar a sua rotina diária.

Política Nacional de Segurança Alimentar

O combate à insegurança alimentar foi sempre eleito prioritário e tem sido elemento estável e central das políticas públicas de desenvolvimento. Combater a insegurança alimentar enquanto se fomenta a segurança alimentar implica executar acções intersectoriais que vão desde a produção de bens alimentares, comercialização, controlo de qualidade, até ao acesso e utilização de alimento.

A nível da CPLP a Estratégia constitui um instrumento político orientado para a acção, no qual se define a visão estratégica da CPLP e se constroem, numa primeira fase, os mecanismos de governança necessários ao futuro desenvolvimento e implementação de planos de acção que contribuam para a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada, num quadro de respeito pela soberania nacional.

Em 2006 foi validado e está em execução o segundo programa de acção quinquenal da ENSA, o Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA 2007-2011). Este programa visa contribuir para o reforço das políticas públicas e das acções no domínio da segurança alimentar e nutricional e para a diminuição da vulnerabilidade e insegurança alimentar do país, assim como o reforço dos mecanismos de gestão e promoção da boa governação em matéria de segurança alimentar.

A Agência Nacional de Segurança Alimentar (ANSA) Decreto-Lei nº 47 / 2000 (BO Nº 32 de 13 de Dezembro de 2000) tendo como missão contribuir para a garantia da segurança alimentar do país, nas melhores condições de quantidade, qualidade e preço. Incumbe a esta Agência acompanhar a disponibilidade e a gestão da reserva alimentar interna, a conjuntura internacional, a evolução dos preços, o comportamento dos agentes, etc. a fim de garantir o abastecimento dos mercados centrais e periféricos.

As acções executadas e focalizadas na melhoria do acesso económico aos bens alimentares de base e aos serviços sociais de base visam garantir meios de vida sustentáveis às populações; colocar à disposição dos mais vulneráveis rendimento suficiente para garantir a sua segurança alimentar. Assim, os idosos, os antigos trabalhadores das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO) e os deficientes incapazes de participar de acções estruturantes e geradoras de um rendimento sustentável, beneficiam de uma pensão social mínima de 4.500 escudos (2009) que foi aumentada para 5.000 escudos em 2011 e faz uma cobertura a 23.000 beneficiários (Resolução nº 49/2011 – Carta de política nacional para a 3ª idade B. O. Nº 38 de Novembro de 2011).

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO

Em Cabo Verde, na origem do processo de degradação ambiental, cruzam-se fenómenos naturais como a seca - decorrentes do país saheliano que somos - e factores de ordem social, cultural, económica e tecnológica, relacionados com a utilização desajustada dos recursos naturais, em particular água, solo e vegetação. Com efeito, a grande desproporção entre os recursos existentes e a população, em constante crescimento, associada à prevalência de uma taxa de pobreza ainda significativa, assolando mais de um quarto da população, têm reflexos numa elevada pressão sobre os escassos recursos naturais acelerando, ainda mais, o processo de

degradação ambiental que, por sua vez, provoca novos problemas ambientais e sociais, tanto no espaço urbano como no rural.

Na estratégia de implementação de vários programas e projectos de desenvolvimento, são parceiros incontornáveis e têm vindo igualmente a apoiar os agentes públicos de desenvolvimento na realização de um trabalho permanente de comunicação, informação e sensibilização, apelando para a consciencialização do colectivo do país para a necessidade da preservação ambiental.

Presentemente as ONGs e as ACDs desempenham um importante papel, quer na implementação do PNL, em particular no meio rural, quer na implementação de vários projectos no domínio agrícola, no domínio das pescas, em áreas sócio-educativas, entre outras, contribuindo sobremaneira para a edificação não só de uma maior e melhor consciência em matéria de protecção ambiental, como também na melhoria das condições de existência das diferentes comunidades em que se inserem.

AGRICULTURA

O sector agrário cabo-verdiano sempre foi caracterizado por uma grande vulnerabilidade, tendo em conta a escassez dos recursos naturais (água e solo), o sistema de exploração vigente, essencialmente voltado para uma agricultura de subsistência, e, as condições climáticas prevaletentes na zona Saheliana, na qual Cabo Verde se insere.

Contudo, o sector agrícola, à semelhança dos demais que compõem o sector agrário, pese embora a sua fragilidade, foi e continua sendo de extrema importância para o país, permitindo a subsistência de um grande número de famílias cujo sustento e organização da vida familiar.

Estão estreitamente associados à terra, muito embora não se atinja a auto-suficiência alimentar. Apesar das contingências anteriormente apontadas, em Cabo Verde, o sector agrário, constituirá ainda, um importante factor de desenvolvimento económico e social do país, já que não é possível prever, a curto médio prazo, outra forma de ocupação para cerca de 40% da população do país, que constituem a população rural

Praticada em condições de elevado risco agro-meteorológico e vulnerabilidade o sector agrícola é um sector pouco produtivo. Dados de 1992 mostravam que a agricultura, silvicultura e pecuária representavam apenas 9,9% do PIB. Dados mais recentes do INE indicam que para o período 2000 a 2007 o peso dos subsectores agricultura, pecuária, silvicultura e pesca, na formação do PIB registaram um abrandamento, tendo-se situado em torno de 8 a 10%. A taxa de crescimento anual do

PIB agrícola põe em evidência o carácter aleatório da produção sobretudo aquela do sistema de sequeiro. No período referido, a taxa de crescimento anual médio do PIB agrícola foi de 1,2%.

No entanto, as estatísticas sectoriais disponíveis (produção agrícola, pecuária e florestas) não têm podido fornecer cabalmente dados completos para a elaboração das contas do sector agrícola nem os indicadores de seguimento e avaliação do impacto das políticas, estratégias, programas e projectos que foram sendo implementados ao longo destas últimas duas décadas. Com efeito, o investimento público no sector, aumentou enormemente, estando neste momento em torno dos 10% do total do OGE.

O sector hortícola é dos que mais evolução tem registado, com ganhos visíveis no aumento da produção e da produtividade motivando uma mudança gradual na estrutura do sector primário e desempenhando um papel económico cada vez mais importante. O grande constrangimento que subsiste ainda neste subsector prende-se com o seguimento da produção hortícola, onde não se implementou de facto um sistema de estatísticas para a horticultura, o que permitiria dar maior visibilidade ao subsector ao nível das contas nacionais. As exportações agrícolas que em 2001 atingiram 10,9 milhões de escudos são hoje praticamente nulas, com excepção dos produtos da pesca (9.815 toneladas exportadas em 2007 num montante de 564 mil contos) e de exportações esporádicas de produtos típicos como é o caso do grogue e licores.

A absoluta dependência do regime de chuvas, predominantemente, escassas e irregulares, não tem permitido determinar uma tendência para a agricultura de sequeiro em Cabo Verde. Assim, as produções variam, anualmente, consoante a quantidade e distribuição pluviométrica. O milho e o feijão são as principais culturas praticadas. As variedades utilizadas, praticamente, não têm sofrido variações ao longo dos anos. O nível de utilização de fertilizantes e pesticidas é relativamente baixo. Estas culturas são com frequência feitas em terras marginais e em zonas agro-climáticas sem aptidão para o seu cultivo, nomeadamente, em zonas áridas e semi-áridas e zonas de pendor muito acentuado, pobres em nutrientes e com fraca capacidade de retenção da água.

No domínio da agricultura de sequeiro, as zonas húmidas e sub-húmidas com um razoável potencial para a prática da fruticultura, desde que se utilizem variedades e práticas culturais adequadas às condições existentes em tais regiões.

As campanhas de plantação de árvores de fruta associada as técnicas de captação de águas pluviais tem vindo a contribuir sobretudo nas zonas altas para o aumento da produção ao nível nacional porém, a não existência de um cadastro frutícola actualizado aliada ao insuficiente conhecimento no número de plantas fixadas e respectivas taxas de sobrevivência não tem permitido quantificar correctamente o volume da produção frutícola.

O país é quase suficiente em carne e ovos. A produção actual cobre as necessidades de consumo. A produção de leite apresenta um déficit que é coberto pela importação de leite desidratado e de “longa duração”.

Os subprodutos da agricultura são a base da alimentação animal, constituída pelas espécies forrageiras e herbáceas das zonas silvo-pastoris, que são complementadas por rações. Apesar do clima, têm sido desenvolvidas acções para o benefício das pastagens e dos recursos forrageiros, através de vários projectos, com vista ao aumento da disponibilidade forrageira.

A partir de 2004, com o processo de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola PEDDA (2005-2015), este documento vem constituindo uma referência sectorial orientado pelas estratégias de desenvolvimento definidas no Programa do Governo e nos DECRPs. O PEDDA é um documento federador que integra todas as políticas, estratégias e medidas visando o desenvolvimento rural e pescas numa perspectiva de preservação e conservação dos recursos naturais, luta contra a pobreza e insegurança alimentar.

Para a implementação do PEDDA foi desenvolvido o Programa Nacional de Investimento Agrícola (2011-2015) do qual se realça o sub-programa melhoria e gestão de água onde se prevê a mobilização de aproximadamente de 6,8 milhões de metros cúbicos de água (subterrâneo, superficial e dessalinizada) para a rega. A mobilização de água para agricultura será complementada com acções de promoção da micro-irrigação, modernização das técnicas e tecnológicas de produção agrícola, nomeadamente a hidroponia e o cultivo em estufas.

Infraestruturas Económicas

Em Cabo Verde, as infraestruturas económicas compreendem, portanto, as infraestruturas de transportes (portos, aeroportos e estradas), as infraestruturas de telecomunicações, as de água e saneamento básico, a recolha e tratamento de lixo e, ainda, o serviço público de produção e distribuição de energia.

A evolução da infraestruturação do país foi extremamente positiva e a situação actual é de longe diferente do ponto de partida, no início dos anos 90.

Desde logo o país tinha apenas um aeroporto internacional localizado na ilha do Sal e hoje conta com 4 aeroportos internacionais, portanto mais 3, um na cidade capital outro em S. Vicente e outro na Boavista.

Dezenas de Quilómetros de estradas asfaltadas foram construídas por todo o país só na última década. Os portos que existiam no início da década de noventa foram beneficiados com obras de modernização, quase todos possuindo actualmente o sistema de descarga *roll on – roll off* e novos portos foram construídos.

Em termos do parque de telecomunicações os progressos alcançados são absolutamente incomensuráveis, quando comparados com a situação de partida: Aumento da rede fixa, introdução da rede móvel, Internet ADSL, Internet da 3ª geração, entre outros. Praticamente todos os Concelhos do país possuem uma praça digital, de acesso livre e gratuito.

Enormes progressos foram alcançados relativamente à rede de distribuição de água. Os indicadores relativos à oferta dos serviços de abastecimento de água nas mais diversas comunidades têm conseguido melhorias significativas, em particular na última década, e o ODM estabelecido neste domínio - que era de reduzir para metade a percentagem de pessoas sem acesso duradouro a água potável, até 2015) já foi cumprido.

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Um adequado desenvolvimento do turismo é, sem dúvidas uma das premissas para se atingir um desenvolvimento que se preconiza sustentável. Assim, foram desenvolvidas ao longo dos anos um conjunto de iniciativas para a planificação das intervenções no sector do turismo. Para além da constituição das Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral e das Zonas de Reserva e Protecção Turística através do Decreto-Legislativo nº 2/93, em 2010, o Governo avançou com o Plano Estratégico do Turismo como forma de a orientar as acções dos diversos actores do sistema.

Existem 25 ZDTI em todo o território nacional representando aproximadamente 5,3% do território nacional distribuindo-se pelas ilhas conforme a tabela 1 a baixo.

Em consonância com a visão do Governo para o turismo em Cabo Verde, desenvolveu-se o Plano Estratégico do Turismo de Cabo Verde que define 4 princípios fundamentais para o seu desenvolvimento a saber:

- ✓ Um turismo **sustentável** e de **alto valor acrescentado**, com o envolvimento das comunidades locais no processo produtivo e nos seus benefícios;
- ✓ Um turismo que **maximize os efeitos multiplicadores**, em termos de geração de rendimento, emprego e inclusão social;
- ✓ Um turismo que aumente o nível de **competitividade** de Cabo Verde, através da aposta na qualidade dos serviços prestados;
- ✓ Um turismo que promova Cabo Verde no mercado internacional como **destino diversificado e de qualidade**.

Por outro lado, o Plano estabelece como objectivos específicos os seguintes:

- ✓ Atingir um fluxo anual de 500.000 turistas até 2013;
- ✓ Aumentar o emprego directo gerado pelo turismo na ordem dos 60% até 2013;
- ✓ Aumentar a participação do turismo no PIB em 2013, via crescente interiorização e democratização das receitas do turismo;
- ✓ Aumentar substancialmente os benefícios do turismo para a população.

DESENVOLVIMENTO DO SECTOR ENERGÉTICO

O Sector energético em Cabo Verde caracteriza-se essencialmente pelo consumo de recursos energéticos derivados do petróleo (gasolina, gasóleo, jet A1, gás butano e lubrificantes), da biomassa (lenha) e utilização de energias renováveis na produção de electricidade, apesar da energia eléctrica ser essencialmente produzida a partir de centrais térmicas (70% do total) à base do diesel e do fuelóleo (fuel 180 e 380). Entretanto, o combustível com maior peso no consumo interno é o gasóleo, que representa cerca de 41% do total dos combustíveis fósseis.

O emergente mercado das energias renováveis inserida da nova economia verde, tem ganho cada vez mais protagonismo e adeptos a nível mundial e, hoje, já faz parte do dicionário de quase todos os países, principalmente os que privilegiam um modelo de desenvolvimento sustentável virado para questões de índole ambiental e ecológico.

Um dos principais objectivos da política energética de Cabo Verde, é cobrir 50% da necessidade em energia eléctrica, até 2020, através de fontes renováveis. De forma a atingir uma taxa de 50% de Energias Renováveis e reduzir significativamente a dependência face aos combustíveis fósseis, o Governo de Cabo Verde decidiu lançar um ambicioso Programa de Acção assente em cinco eixos principais: a) Preparar as infra-estruturas; b) Garantir o financiamento e envolver o sector privado; c) Implementar os projectos; d) Maximizar a eficiência d) Lançar o *Cluster* das Energias Renováveis.

Até 2020, o Plano de Acção resultará na instalação, em Cabo Verde, de mais de 140 MW de Energias Renováveis através de um plano de investimentos superior a 300 milhões de Euros. Este Plano permitirá a criação de mais de 800 postos de trabalho directos e indirectos e permitirá atingir, em 2020, custos de geração de energia 20% inferiores aos actuais.

INDICADORES SOCIAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E À LUZ DOS ODM

EDUCAÇÃO

A educação foi e continua sendo, cada vez mais, um factor de progresso para Cabo Verde, tendo sido reafirmado sempre pelos diferentes Governos, que o principal recurso estratégico de Cabo Verde, são os seus recursos humanos, daí a atenção que, ao longo dos tempos, os poderes públicos têm dispensado ao sector.

O início do período em análise (década de noventa) foi marcado por múltiplas e vastas transformações do sistema educativo, como resposta, à procura de educação por parte da população (o número de crianças e jovens no grupo etário 7-18 anos passou de cerca de 103.700 em 1991 para 119.300 em 1995), à melhoria da qualidade do ensino e a sua adaptação às necessidades de desenvolvimento de Cabo Verde. É assim que a Orgânica do Sistema Educativo é consagrada na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º III/90 de 29/Dezembro e revista em 1999) estabelecendo as linhas organizacionais da educação em Cabo Verde, estruturando-a em três subsistemas: a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar. A educação escolar compreende os ensinamentos básico, secundário, médio e superior.

A nível institucional foram conseguidos avanços significativos no ensino básico (e secundário) com o alargamento da reforma do sistema de ensino no ano lectivo 1995/96 e introdução do ensino obrigatório de seis anos e expansão da escolaridade básica para 8 anos tal como estipulada na nova Lei de Bases do Sistema Educativo.

Em relação ao ensino secundário, a taxa líquida de escolarização aumentou tanto entre os rapazes como entre as raparigas, mas o desequilíbrio no acesso tende a acentuar-se, em desfavor dos rapazes, ou seja os dados demonstram que aumenta o fosso entre rapazes (57,1%) e raparigas (67%) neste nível de ensino.

No ano lectivo 1990/91 a taxa líquida de escolarização das meninas não diferia muito da dos rapazes. Com efeito, esta era de 72,6% para os rapazes contra 70,4% para as raparigas. Já no ano lectivo 2007/08 essa taxa era de 92,1% para as meninas contra 92,3% para os rapazes. O índice de paridade meninas/rapazes era de 0,93 o que significa que por cada 93 meninas escolarizadas existem 100 rapazes escolarizados.

Em termos de aproveitamento, em 2008/2009, nota-se uma maior proporção de aprovação (90,4%) de meninas comparativamente a rapazes (85,6%). Relativamente ao corpo docente cerca de 2/3 são do sexo feminino.

No ensino médio e superior, nota-se uma manutenção da frequência ao ensino médio e um aumento significativo no ensino superior, no qual duplicaram-se as matrículas entre 2004 e 2008. O Ensino Superior nacional obteve inegáveis ganhos durante a década de 2000/01 a 2010/11. Desde logo em matéria de inclusão. A taxa de escolarização bruta é prova disso. A equidade tem sido buscada e largamente atingida, quer em termos de género quer de comunidade de residência. O Ensino Superior conseguiu igualmente reconverter a sua oferta formativa, reponderando o peso relativo das diferentes áreas científicas e níveis de formação.

Segundo os dados do INE, a taxa de analfabetismo em Cabo Verde, tende a diminuir tanto entre as mulheres como entre os homens com mais de 15 anos (20,3% em 2006 contra 17,5% em 2010). A sua incidência é maior entre as mulheres (26,9% em 2006 e 24,5% em 2009) do que entre os homens (13,1% em 2006 e 11,6% em 2009). No mundo rural a proporção de mulheres analfabetas (36,3% em 2006 e 32,5% em 2009), é mais do dobro que a proporção de homens analfabetos (17,7% em 2006 e 13,1% em 2009). A incidência do analfabetismo na faixa etária 15-24 anos é baixa (3,3% em 2006 e 3,2% em 2009), e reflecte os efeitos da política de universalização do acesso ao ensino básico formal.

De acordo com os dados do CENSO 2010, o número de cabo-verdianos portadores de qualificação média ou superior, entendida como curso de nível médio, bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento, cresceu exponencialmente, na última década, tendo-se verificado um aumento da ordem de 209 %.

Mas se analisarmos os dados numa perspectiva de género, constatamos dois factos extremamente positivos para as mulheres: i) globalmente, a percentagem das mulheres com qualificação média ou superior aumentou de 42% para 50,9%, passando portanto a ter uma ligeira vantagem, comparativamente aos homens;

SAÚDE

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) de Cabo Verde conseguiu avanços significativos nos 30 anos de independência do País, tendo cumprido a sua missão de promover o bem-estar físico, mental e social das populações e garantir cuidados de saúde a todo o cabo-verdiano.

No início da década de noventa, o SNS caracterizava-se essencialmente pela presença do sector público e um sector privado em fase nascente, principalmente nos grandes centros urbanos, como a Praia e S. Vicente. O quadro da morbilidade e mortalidade do país, num contexto sócio-económico em que mais de 30% da população era considerada pobre, reflectia (e continua a reflectir ainda), uma interdependência dos factores de ordem ambiental, habitacional, económico e cultural.

Segundo a Constituição da República de Cabo Verde, compete ao Estado seja por via do OGE (incluindo o Instituto Nacional da Previdência Social) seja pela mobilização e coordenação da ajuda externa, suportar a maior parte dos custos de implementação da saúde, como um factor de desenvolvimento do país. A despesa *per capita* com a saúde em 1995 foi de 4.156 ECV, o equivalente a cerca de 50 US dólares, à taxa de câmbio desse ano. Contudo o crescimento do financiamento público não parecia ser suficiente para fazer face às crescentes necessidades a nível de saúde. Alternativas de financiamento, uso racional e gestão eficiente dos recursos foram apontados como estratégias indispensáveis para o desenvolvimento do sector.

Os sucessivos orçamentos do sector saúde indicam uma tendência positiva dos valores absolutos nos últimos anos, porem sua proporção dentro do OGE está estabilizada em torno dos 9%. Considerando que Cabo Verde tem um PIB per capita muito superior ao de seus países vizinhos, a percentagem destinada à saúde não é particularmente elevada e apresenta indicadores percentuais modestos: 4,6% do PIB (contra os 3% em 1992) para os gastos sanitários totais (9% do orçamento geral do estado, em 2008); 73,2% de despesa pública em saúde (o resto é despesa privada); 11,1% de despesa em saúde do total das despesas públicas; e 35,5% de despesa da Segurança Social de toda a despesa com saúde. Os principais gastos relacionados com a saúde são os referentes a pessoal e medicamentos, representando perto de 80% do total. As evacuações médicas inter-ilhas, e sobretudo para o exterior do país, constituem uma prestação terciária de cuidados de saúde decorrente de insuficiências dos serviços de saúde com um peso social e financeiro considerável (5,4%) no total dos gastos de funcionamento do sector. A despesa *per capita* actual está estimada em 72 dólares, valor considerado elevado, tendo em conta a sustentabilidade financeira do SNS.

Os investimentos consentidos no sector da saúde particularmente os orientados para a expansão da infra-estruturação e aquisição de equipamento e formação de recursos humanos capaz de intensificar a capacidade nacional de diagnóstico constituem medidas estruturantes que permitiram fazer face a diferentes problemas e, em particular o surto da epidemia da Dengue, ocorrida em 2009. Actualmente a prioridade

vai para a criação de condições de prestação de serviços diferenciados de cuidados terciários de saúde para atender a um perfil epidemiológico em transição para as doenças não transmissíveis.

O sector vem dispondo, em particular na última década, de um conjunto de instrumentos estratégicos de planificação e gestão, dos quais se destacam: a “Carta Sanitária de Cabo Verde” (1999), o “plano Estratégico de Luta contra a Tuberculose”(2004), o “Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Recursos Humanos para a Saúde 2005 – 2014”, a “Política Nacional de Saúde (2007) e o “Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2008 – 2011”.

SANEAMENTO BÁSICO

Plano Nacional Do Saneamento Básico

O Plano Nacional de Saneamento Básico, aprovado pela Resolução nº52/2010 do Concelho do Ministro, visa fundamentalmente dar um novo rumo ao saneamento, nomeadamente no quadro institucional e na melhoria das infra-estruturas de saneamento básico existentes.

Aprovisionamento de Água potável

Cabo Verde como um país saheliano, com precipitações reduzidas e irregulares, a problemática da gestão sustentada da água, tem constituído uma preocupação permanente dos sucessivos governos, através de instituições públicas, bem como do sector privado e da sociedade que se encontram directamente envolvidos.

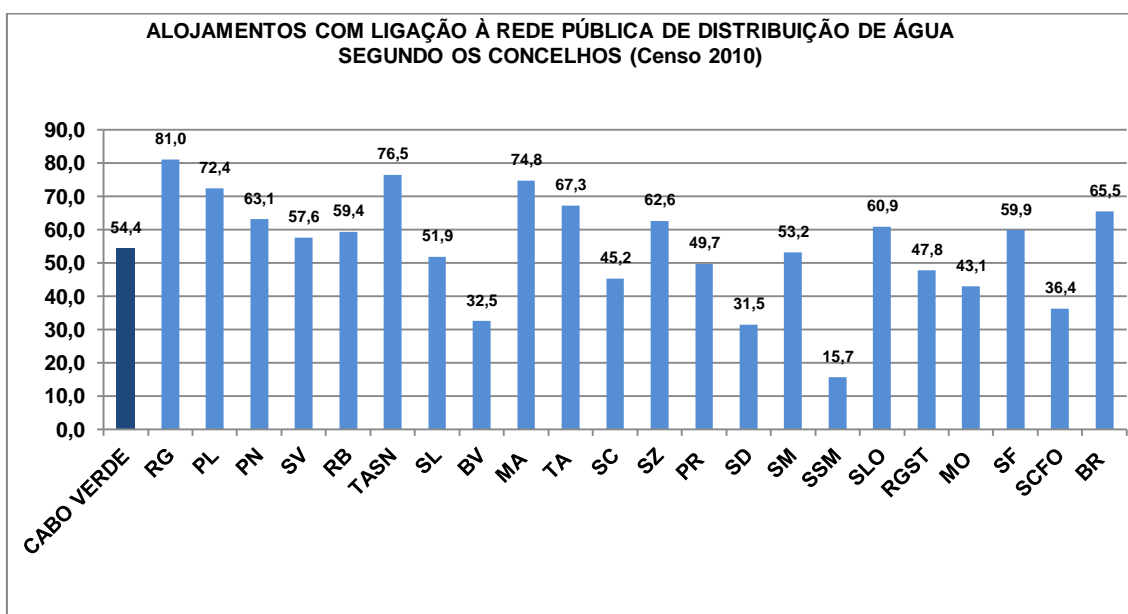
Cabo Verde, apesar de dispor do Plano Director dos Recursos Hídricos (1994 – 2005), para dar resposta ao compromisso assumido no decurso da Cimeira de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável, em 2008 elaborou o seu Plano de Acção e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (PAGIRH), no âmbito da “Iniciativa Holandesa”.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o país conseguiu desde 2007, atingir os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio em matéria de abastecimento de água, apesar de ainda se registar algumas assimetrias regionais e até mesmo locais. De acordo com os dados do Senso 2010, cerca de 92% das famílias cabo-verdianas obtém a água para uso doméstico através de uma fonte segura de abastecimento, (rede pública, chafarizes ou autotanques).

A água doce em Cabo Verde tem diversas origens: subterrânea, superficial e em regiões costeiras de difícil acesso a pontos de água subterrâneas tem-se recorrido à dessalinização da água do mar, particularmente no abastecimento dos principais centros urbanos (Praia, Mindelo, Sal e Boa Vista). As reservas subterrâneas fornecem em geral uma água de boa qualidade, mas em quantidades limitadas, condicionando a exploração pois, sujeita-se à sobre-exploração e salinização dos lençóis não só devido à escassez de chuvas para a recarga dos aquíferos como também devido à intrusão salina.

O abastecimento da água no meio rural é feito com recurso às águas subterrâneas, através de poços, furos e nascentes em todas as ilhas.

Gráfico 1.



A exploração das águas subterrâneas efectua-se através dos sistemas seguintes: Captação de nascentes, Galerias escavadas horizontalmente nos basaltos, Captação de aquíferos aluvionares por meio de poços e drenos transversais e Furos profundos que exploram os aquíferos descontínuos dos basaltos.

Os recursos em água superficiais são estimados, em 181 milhões de m³/ano. São pouco explorados por falta de dispositivos de armazenagem e de estocagem eficazes. Entretanto, o país já dispõe de uma barragem, na localidade de Poilão – ilha de Santiago, estando outras 5 em construção.

Águas Residuais

Uma vez que em Cabo Verde, até há poucas dezenas de anos, o consumo de água potável por habitante era reduzido, não havia praticamente problemas com o saneamento das águas residuais. Por outro lado a maior parte da população residia em zonas rurais, onde é frequente usar os campos livres junto às casas.

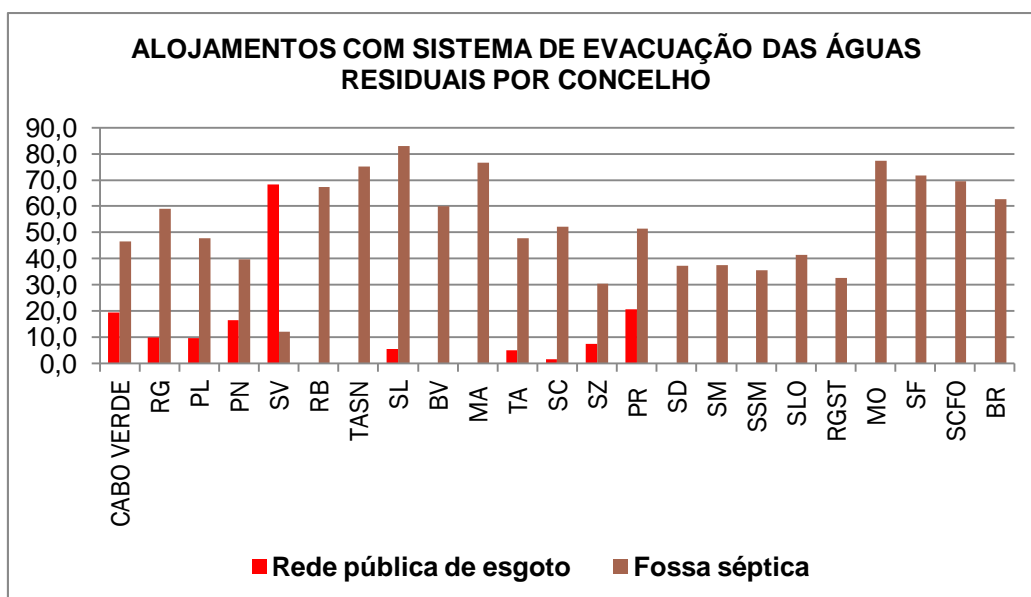
Após o início da ligação das casas à rede pública de abastecimento de água tornou-se necessário fazer o saneamento das águas residuais, preferencialmente através de fossas sépticas. A primeira rede de saneamento de águas residuais foi construída nos anos 50 do Século XX, no *Plateau* na cidade da Praia. Na cidade do Mindelo, município de S. Vicente, construiu-se a rede de esgotos após a entrada em funcionamento da central de dessalinização em 1972.

As primeiras estações de tratamento de águas residuais do arquipélago foram naquelas duas cidades. Na cidade da Praia, concretamente na Praia Negra, funcionou entre 1983 a 1998 a estação de tratamento por lagunagem com uma capacidade hidráulica de 125 m³/dia para tratar esgotos provenientes do *Plateau*. Devido ao seu mau funcionamento, a estação foi desactivada com a construção da estação de Palmarejo em 1997, munida de tratamento preliminar e primário para uma linha com capacidade hidráulica para tratar cerca de 3000 m³/d. A linha sólida era constituída pela digestão anaeróbica de lamas seguida de desidratação final. A descarga do efluente da ETAR estava previsto ser feita no mar através de um emissário submarino com 1000 m de extensão, mas devido a problemas de construção o emissário ficou reduzido a uma extensão de aproximadamente 300 m.

Evacuação das águas residuais em Cabo Verde

A evacuação das águas residuais em Cabo Verde é bastante precária, de acordo com os levantamentos mais recentes. Assim, os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatísticas (SENSO 2010) apontam que 46,7% da população, dispõe de fossas sépticas e 19,4% encontra-se ligado à rede de esgotos, perfazendo um total de 66 % a nível nacional com forma adequada de rejeição de águas residuais, (ver o gráfico 1). Esses modos de evacuação, considerados mais adequados, têm melhor performance no meio urbano do que no meio rural.

Gráfico 2.



Resíduos Sólidos

A Gestão de Resíduos constitui, um dos grandes problemas que o País enfrenta, tendo em conta não só os riscos ambientais decorrentes de uma deficiente eliminação/valorização dos resíduos, como também a vocação de Cabo Verde para o desenvolvimento do turismo, sector que, por um lado, pressiona o ambiente, mas que, por outro lado, requer um ambiente sadio e equilibrado.

O sistema de eliminação e valorização dos resíduos sólidos é pouco desenvolvido: Entre as nove ilhas habitadas, existe apenas uma ilha com um Aterro Sanitário e de pequena dimensão em relação a dinâmica do desenvolvimento da ilha e a produção de resíduos. A ilha do Sal produz cerca de 22 toneladas de resíduos por dia (contando com as unidades turísticas que são todas recolhidas pela CMS).

Não existem infra-estruturas de incineração, de compostagem ou de triagem de resíduos, sendo quase inexistentes as práticas de valorização dos resíduos.

Os dados existentes em relação a quantidade de resíduos produzidos em todo o país, são dados estimados baseados em capacidade dos camiões e em voltas por dia de cada camião às lixeiras.

A gestão de resíduos em Cabo Verde é efectuada de forma descentralizada, em que as Câmaras Municipais são responsáveis pela recolha, transporte e destino final. Os outros tipos de resíduos são os seus produtores que devem responsabilizar-se pela recolha, transporte e destino final de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei 31/2003 de 1 de Setembro).

De acordo com o Plano de Gestão de Resíduos elaborado em 2003 que teve como base a projecção demográfica do INE, em 2012 a produção é de 0,8/kg/hab./dia, com uma população de 543.641 habitante, e uma taxa de cobertura de recolha de 84% . A produção de resíduos em 2012 será de 132.555 toneladas, com uma população servida de 456.658 habitantes, com uma taxa de crescimento de 3,5%.

A nível nacional, não existe uma composição de resíduos estabelecidos. O que se tem tomado como referência no âmbito de alguns projectos, são estimativas feitas com base na separação na lixeira da Praia em que se obtive alguns resultados um pouco diferentes pelo facto de serem baseados em dados de amostragem *não muito confiáveis* devido a falta de equipamentos.

Evacuação de resíduos sólidos actualmente em Cabo Verde

A evacuação dos resíduos sólidos em Cabo Verde é feita da seguinte forma (tabela 3), de acordo com os levantamentos mais recentes. Assim, os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatísticas (SENSO 2010) apontam que 56,5% da população evacua os seus resíduos sólidos através dos contentores enquanto 15,6% beneficia de recolha através dos carros de lixo. De realçar que ainda cerca de 16% da população evacua os seus resíduos sólidos ao redor da casa e ou na natureza. Esses dois últimos modos de evacuação interpelam as autoridades no sentido de reforçar os sistemas de recolha de modo a cobrir a totalidade da população, particularmente no meio rural.

Reforma do Sector de Água e Saneamento

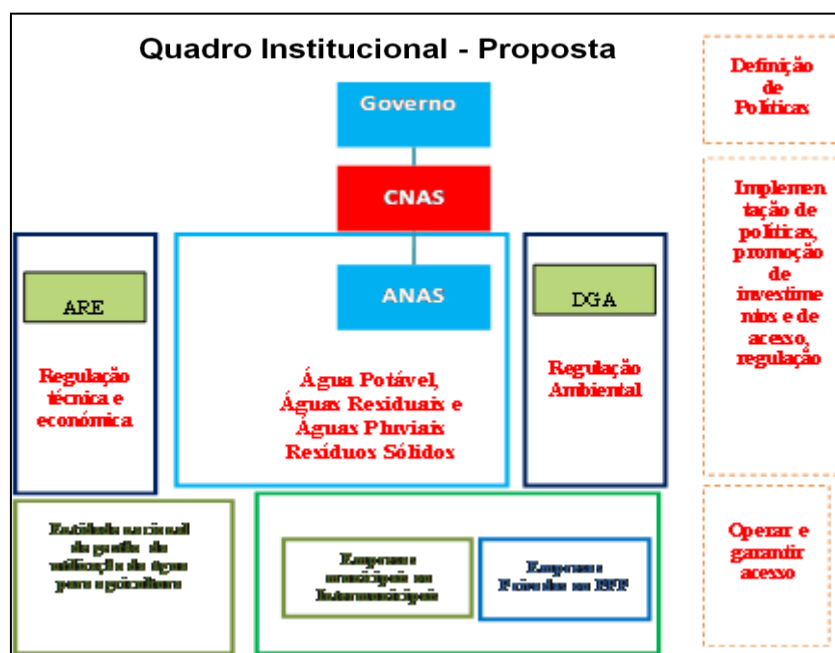
O Governo de Cabo Verde, em cumprimento do seu Programa, vai proceder uma reforma profunda no sector da água e saneamento, em vista a garantir a boa qualidade de vida e promover o desenvolvimento económico, tendo como pilares principais os seguintes princípios emanados numa carta de Políticas que estabelece um novo rumo para os referidos sectores:

- ✓ Planeamento e gestão integrada dos recursos hídricos e do saneamento;
- ✓ Aumento da acessibilidade, em quantidade e qualidade necessárias à realização das necessidades individuais, das famílias e das empresas;
- ✓ Assumpção da dominialidade pública das águas;
- ✓ Regulação técnica e económica sólida e eficaz;

- ✓ Sustentabilidade financeira do sistema alicerçada numa taxa de água e saneamento que terá por base os princípios do desenvolvimento sustentável, do utilizador-pagador e do poluidor-pagador; e
- ✓ Promoção da criação de empresas viáveis e eficientes para o sector.

No centro da reforma vai estar também um novo modelo institucional de gestão e administração da água e do saneamento instituindo uma autoridade nacional que assegurará a regulação, gestão, licenciamento e fiscalização, unificando assim o regime de gestão sustentável da água e saneamento sob a égide de uma única autoridade nacional. Além disso, proceder-se-á à transformação dos Serviços Autónomos de Água e Saneamento dos Municípios em empresas intermunicipais/municipais.

Figura 3. Quadro Institucional proposto para a reforma do sector de Água e Saneamento



ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O sector do Ordenamento do Território conheceu grandes avanços nos últimos anos sendo de destacar:

A elaboração da **Directiva Nacional de ordenamento do Território (DNOT)** que dá orientações e estabelece normativas gerais para o ordenamento das actividades humanas, visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Aponta orientações específicas para que as questões de riscos sejam incorporadas nos planos e nas

actuações territoriais, bem como desenvolve dispositivos e medidas de minimização dos respectivos efeitos.

Um outro ganho importante do sector do Ordenamento do Território é a elaboração e implementação dos **Esquemas Regionais de Ordenamento do Território** das ilhas de Santo Antão, Santiago, Fogo, S.Nicolau. Estão ainda em elaboração os das ilhas de S.Vicente, Sal, Boavista e Maio.

Os investimentos dos vários domínios da administração central, a necessidade de reserva de espaços e programação de aquisição de solos para infra-estruturas estruturantes de transportes, abastecimento e de saneamento, parques industriais, bem como para equipamentos de ensino, saúde, desportivos, culturais, e outros, a salvaguarda de recursos naturais e valores ambientais, de servidões e restrições de utilidade pública, determinam a necessidade do EROT. Reforçam a necessidade de medidas e práticas susceptíveis de atenuar os impactos ambientais decorrentes das actividades económicas no território.

Com o mesmo propósito estão sendo elaborados os Planos Directores Municipais (PDM) que são instrumentos importantes que os municípios contam para poder implementar um desenvolvimento sustentável, estando previsto que até final deste ano todos os municípios do país tenham os seus PDM. Neste momento está o processo praticamente concluído com 20 PDM elaborados.

Sendo Cabo Verde uma entidade costeira de grande sensibilidade biofísica, um território insular e fragmentado, é entendimento do Governo que a orla costeira deve ser planeada. Assim estamos empenhados em dotar o país de um **plano de ordenamento da orla costeira e do mar**, que está em elaboração, de forma a salvaguardar os recursos e valores naturais e um regime integrado de gestão, incluindo do Domínio Público Marítimo.

Nos últimos anos o país fez uma grande reforma em matéria de direito do ordenamento do território e do urbanismo, tendo aprovado importantes diplomas nesta matéria. As leis têm a preocupação de estabelecer normativas que tenham em conta a questão da sustentabilidade, a solidariedade inter-geracional.

Está-se a trabalhar na Montagem do Observatório Nacional de Habitação e Desenvolvimento Urbano capaz de implementar um núcleo estatístico para agregar dados e informações relativas as áreas urbanas.

Estudos sobre a Cartografia de Riscos, o Diagnóstico e a Definição dos Perfis Urbanos em todo o País, em colaboração com as Nações Unidas (ONU Habitat) permitirão ter um conhecimento melhor das nossas fragilidades urbanas e das melhores respostas aos problemas detectados e aos desafios.

O “Programa Casa de Todos” é um conjunto integrado de medidas de política, programas e acções que visa diminuir o défice habitacional e pretende instituir uma dinâmica contínua e sustentada de produção de habitação através da utilização de tecnologias de baixo custo e impacto ambiental, na rentabilidade e na sustentabilidade, utilizando tecnologias de construção económicas e amigas do ambiente.

POLUIÇÃO EM CABO VERDE

A poluição é uma problemática que se tem colocado, particularmente nos últimos anos com maior acuidade. O Fraco desenvolvimento do tecido empresarial do país não justificou grandes investimentos no combate à poluição a partir de fontes industriais ao longo dos anos.

Por outro lado, o baixo nível de desenvolvimento do sector agrícola não permite uma utilização sistemática e massiva de agrotóxicos no combate às pragas e doenças que atacam as culturas. Neste particular, deve-se fazer menção às campanhas fitossanitárias anuais de combate às pragas de gafanhoto na agricultura de sequeiro na qual se utiliza alguma quantidade de pesticidas.

Uma outra fonte potencial de poluição são as águas residuais. Entretanto, se considerarmos que o consumo da água potável não é muito elevado por habitante por dia (50l/hab/d para as pessoas com ligações domiciliárias e 15l/hab/d para as pessoas que se abastecem a partir de chafarizes e outras fontes de abastecimento), conseqüentemente a rejeição de água suja também não é elevada. Ainda assim, tendo em conta que apenas 19% da População está ligada à rede de esgotos, a maior parte da população rejeita as águas sujas nas fossas sépticas e ou na natureza representando um potencial de contaminação dos solos e dos lençóis freáticos que não se pode negligenciar.

Quando se trata do ambiente marinho, nota-se que são diversas as fontes da poluição, entre elas a recepção de águas de escoamento superficial contaminadas, o despejo do esgoto *in natura* no mar, o lixo doméstico e industrial, as rejeições radioativas, as

chuvas ácidas e as marés negras causadas pelo derrame de petróleo e seus derivados.

Os resíduos sólidos e demais poluentes por sua vez atuam como agentes contaminantes nos oceanos e regiões costeiras, através da emissão por usuários de praia, canais emissários e sistemas de tratamento das cidades litorâneas, e/ou descarte direto no mar por embarcações e plataformas petrolíferas.

De realçar que essas várias formas de poluição não se restringem às áreas específicas onde ocorrem. Devido à hidrodinâmica das massas de água, a dispersão dos poluentes ultrapassa, com frequência as áreas circunvizinhas atingindo outras latitudes.

OUTROS EIXOS PRIORITÁRIAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A visão estratégica do país para os próximos cinco anos está concentrada no desenvolvimento de parcerias para a competitividade de Cabo Verde, através de uma dinâmica inclusiva e inovadora e um sector privado forte e competitivo, capaz de enfrentar os desafios e as demandas internas, geradora de empregos e de redução das assimetrias em relação ao crescimento económico regional e aumentar o desenvolvimento social e económico nacional. (Programa do Governo da VIII Legislatura)

De realçar que Cabo Verde já ratificou a maioria das Convenções das Nações Unidas no domínio ambiental. Neste relatório foi dado particular destaque às designadas três convenções do Rio (UNCCD, UNCBD e UNFCCC).

DESAFIOS EMERGENTES NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para Cabo Verde enquanto país insular e ao mesmo tempo classificado pelas Nações Unidas como país de rendimento médio os grandes desafios prendem-se com:

- 1) Combater a pobreza e reduzi-la para valores de 1 dígito;
- 2) Reforçar a gestão integrada dos recursos hídricos;
- 3) Melhorar os indicadores de saneamento básico;
- 4) Atingir 50% de penetração de Energias Renováveis no consumo energético do país e pelo menos uma ilha 100% renovável;
- 5) Desenvolver instrumentos de gestão e mobilizar financiamentos para as áreas protegidas;
- 6) Integração das mudanças climáticas no processo de planeamento nacional;
- 7) Reforço da fiscalização da nossa ZEE;

- 8) Reforçar a coordenação das acções entre o turismo e o ambiente;
- 9) Desenvolvimento de um plano nacional de educação ambiental;
- 10) Internalização da necessidade de Ordenamento do Território enquanto base para uma gestão adequada dos recursos naturais.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Depois da Cimeira do Rio em 1992, Cabo Verde assumiu o domínio Ambiental como chave para equilibrar o processo do desenvolvimento, criando um quadro legal que hoje se mostra bastante moderno e equilibrado, o que demonstra uma grande vontade política em implementar os compromissos assumidos ao nível internacional.

Apesar de Cabo Verde ter sido ao longo da sua história pós-independência um país com fortes preocupações ecológicas, não houve formalmente uma sincronização das acções entre os diversos departamentos visando a garantia que o processo de desenvolvimento seja sustentável.

O Processo do Desenvolvimento visou antes de mais o crescimento económico e a redução da pobreza. Entretanto, pelas fragilidades socio-ambientais que de pronto foram reconhecidas pelos sucessivos governos, houve permanentemente a preocupação com o equilíbrio ecológico e com a coesão social.

O país assinou e ratificou as principais convenções das Nações Unidas nos domínios ambientais e sociais, correspondendo com legislação e instrumentos de estratégicos apropriados para a sua plena implementação.

O processo de Ordenamento do território e melhor gestão dos solos mostra-se como crítico para se avançar rumo a um desenvolvimento sustentável, pelo que os instrumentos aprovados e em elaboração deverão ser devidamente implementados para a garantia do bem-estar das populações.

A sensibilização e Educação ambiental e para um consumo mais sustentável poderá trazer grandes benefícios, particularmente no domínio do saneamento e da conservação da biodiversidade.

Ainda subsistem grandes desafios, nomeadamente no reforço da articulação inter-institucional e entre os três pilares do Desenvolvimento Sustentável (Económico, Social e Ambiental) visando um processo de desenvolvimento mais equilibrado e que salvaguarde os recursos naturais para serem passados em condições apropriadas às gerações vindouras. Essa melhor articulação deverá passar pela criação e operacionalização da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável que foi recomendado pelas Nações Unidas.

De uma forma sintética, a **posição de Cabo Verde** no contexto do Desenvolvimento Sustentável e que será defendida no âmbito da Cimeira Rio+20, se assenta no conteúdo da Declaração dos Ministros do Ambiente da CPLP produzida no seu V Encontro Ordinário que teve lugar na Ilha do Sal de 2 a 4 de Maio e que consta como anexo a este relatório e cujos principais interesses para o país se desagregam a seguir:

1. Enfatizar que a Rio+20 deve concentrar-se no reforço da coerência e das ligações entre as dimensões ambiental, económica e social do desenvolvimento sustentável e contribuir para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, propondo para o conjunto dos países, os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável;
2. Reforçar a investigação oceanográfica com efectiva participação dos Pequenos Estados Insulares (PEI) e ribeirinhos em desenvolvimento, de modo a promover medidas de protecção dos oceanos e dos ecossistemas marinhos, minimizando os efeitos da poluição e da erosão costeira, promovendo uma economia azul baseada no aproveitamento sustentável das potencialidades económicas dos ecossistemas;
3. Encarar as particularidades dos PEI em desenvolvimento que, embora ricos em endemismos, apresentam um frágil equilíbrio ambiental e são muito vulneráveis aos impactes negativos das alterações climáticas, nomeadamente à subida do nível do mar, acidificação dos oceanos e ao avanço da desertificação e, como tal, merecedores de uma atenção especial no quadro global;
4. Sublinhar que um dos resultados da Rio+20 deverá ser a definição de diretrizes que permitam uma transição global para uma economia verde inclusiva, que promova a conservação do ambiente, contribua para a erradicação da pobreza

- e estimule uma economia de baixo carbono através do uso eficiente dos recursos naturais;
5. Reafirmar o engajamento de cooperar para a promoção da gestão integrada dos recursos hídricos e garantir as melhores soluções para a mobilização por mais e melhor água e o saneamento básico para as suas populações;
 6. Enaltecer o papel da Mulher e a promoção de seus direitos para a materialização dos objetivos do desenvolvimento sustentável;
 7. Fomentar a transferência de novas tecnologias, a promoção de eficiência energética e o aproveitamento do potencial das fontes renováveis, por forma a reduzir a pressão sobre os recursos naturais;
 8. Reconhecer, com atenção particular, o papel potencial e determinante da gestão sustentável das terras para a resolução dos problemas urgentes do planeta como a insegurança alimentar, gestão da água, conservação da diversidade biológica e a adaptação das comunidades rurais às alterações climáticas;
 9. Sublinhar a importância da agricultura sustentável para garantir a segurança alimentar e nutricional na Comunidade, reconhecendo a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) como instrumento de reforço de coordenação e de uma melhor governação das políticas e programas sectoriais de segurança alimentar e nutricional;